

Transmissora  
Matogrossense de  
Energia S.A.

**Demonstrações contábeis  
regulatórias em 31 de dezembro de  
2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Acionistas e Diretores da  
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.  
Cuibá - MT

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. em 31 de Dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Transmissora Matogrossense de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL.



Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### **Outros assuntos**

A Transmissora Matogrossense de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de janeiro de 2018.

#### **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### **Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo  
Contador CRC 1SP160482/O-6

## Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b><u>ATIVO</u></b>			
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
		<b>24.741</b>	<b>25.590</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6.2	6.831	8.223
Títulos e valores mobiliários	6.2	7.457	8.319
Concessionárias e permissionárias	4	5.550	4.890
Tributos compensáveis		1.319	742
Adiantamento a fornecedores		877	732
Estoques		2.225	2.218
Outros ativos		482	466
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>			
		<b>256.321</b>	<b>252.130</b>
Concessionárias e permissionárias	4	427	440
Imobilizado	5.1	252.466	248.456
Intangível	5.2	3.428	3.234
<b>TOTAL DO ATIVO</b>			
		<b>281.062</b>	<b>277.720</b>
<b><u>PASSIVO</u></b>			
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
		<b>55.948</b>	<b>46.350</b>
Empréstimos e financiamentos	6.1	13.273	13.279
Fornecedores	7	428	10.309
Obrigações sociais e trabalhistas		605	466
Tributos e contribuições sociais a recolher		1.532	1.463
Partes relacionadas - Dividendos declarados	8	36.529	15.784
Encargos setoriais		1.877	1.353
Provisão para litígios	9	-	210
Outros passivos circulantes		1.704	3.486
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>			
		<b>110.258</b>	<b>122.129</b>
Empréstimos e financiamentos	6.1	109.784	121.727
Outras obrigações		474	402
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
		<b>114.856</b>	<b>109.241</b>
Capital social	10.1	109.194	97.794
Reserva de Lucros	10.2	5.662	11.447
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
		<b>281.062</b>	<b>277.720</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Operações em Continuidade</b>			
<b>Receita / Ingresso</b>			
Disponibilização do Sistema de Transmissão	11	53.740	44.478
<b>Tributos</b>			
PIS-PASEP		(844)	(747)
Cofins		(3.886)	(3.442)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(468)	(388)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.401)	(1.156)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(216)	(178)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>46.925</b>	<b>38.567</b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>46.925</b>	<b>38.567</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>			
Pessoal e Administradores	12	(4.821)	(4.318)
Material		(287)	(244)
Serviços de Terceiros		(1.231)	(1.248)
Arrendamento e Aluguéis		(360)	(288)
Doações, contribuições e subvenções		(39)	(119)
Seguros		(173)	(175)
Provisões		(38)	(12)
Tributos		(239)	(32)
Depreciação e Amortização		(8.186)	(7.290)
Outras Despesas Operacionais		(8)	(18)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>31.543</b>	<b>24.823</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Despesas Financeiras		(12.429)	(13.481)
Receitas Financeiras		1.624	2.765
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>20.738</b>	<b>14.107</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	13	(1.778)	(2.286)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		18.960	11.821
<b>Resultado do Exercício</b>		<b>18.960</b>	<b>11.821</b>
<b>Lucro Por Ação</b>			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,183812	0,120877
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,183812	0,120877
<b>Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade</b>			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,183812	0,120877
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,183812	0,120877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resultado do Exercício	18.960	11.821
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>18.960</u>	<u>11.821</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



**Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>97.794</b>	<b>5.574</b>	<b>-</b>	<b>103.368</b>
Incentivos Fiscais	-	2.677	(2.677)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	11.821	<b>11.821</b>
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	1.252	(1.252)	-
Dividendos	-	-	(5.948)	<b>(5.948)</b>
Reserva de lucros	-	1.944	(1.944)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>97.794</b>	<b>11.447</b>	<b>-</b>	<b>109.241</b>
Aumento de Capital	11.400	-	-	11.400
Incentivos Fiscais	-	4.953	(4.953)	-
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(1.144)	-	(1.144)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	18.960	18.960
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	1.602	(1.602)	-
Dividendos	-	-	(23.601)	(23.601)
Reserva de lucros	-	(11.196)	11.196	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>109.194</b>	<b>5.662</b>	<b>-</b>	<b>114.856</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>20.738</b>	<b>14.107</b>
<b>Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>		
Amortização	2	12
Depreciação	8.184	7.278
Juros e Variações Monetárias	12.034	13.268
Outros	(949)	(1.134)
	<b>40.009</b>	<b>33.531</b>
<b>Redução (Aumento) de Ativos</b>		
Concessionárias e permissionárias	(647)	(691)
Tributos Compensáveis	(577)	(95)
Outros	(168)	235
	<b>(1.392)</b>	<b>(551)</b>
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>		
Encargos Setoriais	524	213
Fornecedores	(9.881)	9.583
Obrigações sociais e trabalhistas	139	237
Tributos e Contribuição Social	65	16
Outros	(1.710)	(2.240)
	<b>(10.863)</b>	<b>7.809</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.795)	(1.161)
	<b>25.959</b>	<b>39.628</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Resgates de títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras)	1.612	2.524
Imobilizado	(12.485)	(25.753)
Intangível	(53)	(129)
	<b>(10.926)</b>	<b>(23.358)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(12.539)	(11.431)
Encargos de Dívidas Pagos	(11.286)	(12.772)
Dividendos Pagos	(4.000)	-
Integralização de Capital	11.400	-
	<b>(16.425)</b>	<b>(24.203)</b>
<b>REDUÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(1.392)</b>	<b>(7.933)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do exercício	8.223	16.156
No fim do exercício	<b>6.831</b>	<b>8.223</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **1. Setor Elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 023/2009 - ANEEL, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste no desenvolvimento de infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 348 km, com origem na Subestação Jauru, localizada no Estado de Mato Grosso e término na Subestação Cuiabá, localizada no Estado de Mato Grosso, pela Subestação Jauru em 500/230 kV - 750 MVA.

Em 22 de novembro de 2011, entraram em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação.

Em 26 de maio de 2015, por meio da Resolução Autorizativa 5.240, a Companhia foi autorizada a implantar reforços em suas instalações de transmissão, implantando o segundo banco de autotransformadores em 500/230 kV - 3X250 MVA na SE Jauru, e está previsto para entrar em operação comercial até junho de 2017.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (a “Companhia” ou “TME”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

## **Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa n.º 605, de 11 de março de 2014.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis regulatórias em 27 de abril de 2018.

**Base de mensuração:** As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

**Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 15, para melhor entendimento do leitor.

### **3. Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias**

**Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários:** Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2017, a Administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## **Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

**Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

**Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

**Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas, em função das obras do RBNI que foram concluídas em fevereiro de 2017.

**Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

## **Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

**Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como outros passivos financeiros.

**Instrumentos financeiros – apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

**Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

### **Tributação**

#### Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%.

#### Imposto de renda e contribuição social:

- Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real, nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

- Diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

## **Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **Ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

**Reconhecimento da receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão. A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

**Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

**Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

**Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

**Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

### **Taxas regulamentares:**

**Reserva Global de Reversão (RGR):** Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

**Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

## Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 4. Concessionárias e Permissionárias

#### Composição das Contas a Receber

D E S C R I Ç Ã O	VALORES CORRENTES						TOTAL 2017	TOTAL 2016
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	5.412	19	-	31	88	427	5.977	5.330
<b>TOTAL</b>	<b>5.412</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>31</b>	<b>88</b>	<b>427</b>	<b>5.977</b>	<b>5.330</b>

Os clientes vencidos há mais de 360 dias são monitorados pela Companhia e até o momento não houve a conclusão de que a Administração deva constituir uma provisão para perdas nesse caso.



## Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 5. Imobilizado e Intangível

5.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Transmissão</b>	<b>254.794</b>	-	-	<b>41.253</b>	<b>296.047</b>	<b>41.253</b>	<b>(44.151)</b>	<b>251.896</b>	<b>218.780</b>
Terrenos	65	-	-	-	65	-	-	65	65
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	5.698	-	-	783	6.481	783	(1.249)	5.232	4.674
Máquinas e Equipamentos	249.027	-	-	40.423	289.450	40.423	(42.898)	246.552	214.038
Móveis e Utensílios	4	-	-	47	51	47	(4)	47	3
<b>Administração</b>	<b>485</b>	-	-	-	<b>485</b>	-	<b>(292)</b>	<b>193</b>	<b>242</b>
Máquinas e Equipamentos	245	-	-	-	245	-	(139)	106	129
Veículos	132	-	-	-	132	-	(113)	19	38
Móveis e Utensílios	108	-	-	-	108	-	(40)	68	75
<b>Subtotal</b>	<b>255.279</b>	-	-	<b>41.253</b>	<b>296.532</b>	<b>41.253</b>	<b>(44.443)</b>	<b>252.089</b>	<b>219.022</b>

  

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Transmissão</b>	<b>29.257</b>	<b>12.084</b>	-	<b>(41.028)</b>	<b>313</b>	<b>(28.944)</b>	-	<b>313</b>	<b>29.257</b>
Máquinas e Equipamentos	17.659	4.401	-	(21.770)	290	(17.369)	-	290	17.659
Outros	11.598	7.683	-	(19.258)	23	(11.575)	-	23	11.598
<b>Administração</b>	<b>177</b>	<b>112</b>	-	<b>(225)</b>	<b>64</b>	<b>(113)</b>	-	<b>64</b>	<b>177</b>
Outros	177	112	-	(225)	64	(113)	-	64	177
<b>Subtotal</b>	<b>29.434</b>	<b>12.196</b>	-	<b>(41.253)</b>	<b>377</b>	<b>(29.057)</b>	-	<b>377</b>	<b>29.434</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>284.713</b>	<b>12.196</b>	-	-	<b>296.909</b>	<b>12.196</b>	<b>(44.443)</b>	<b>252.466</b>	<b>248.456</b>

## Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 5.2. A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>3.191</b>	<b>148</b>	-	<b>82</b>	<b>3.421</b>	<b>230</b>	<b>(42)</b>	<b>3.379</b>	<b>3.152</b>
Servidões	3.149	148	-	82	3.379	230	-	3.379	3.149
Softwares	42	-	-	-	42	-	(42)	-	3
<b>Administração</b>	<b>8</b>	<b>16</b>	-	-	<b>24</b>	<b>16</b>	<b>(20)</b>	<b>4</b>	-
Softwares	20	-	-	-	20	-	(20)	-	-
Outros	(12)	16	-	-	4	16	-	4	-
<b>Subtotal</b>	<b>3.199</b>	<b>164</b>	-	<b>82</b>	<b>3.445</b>	<b>246</b>	<b>(62)</b>	<b>3.383</b>	<b>3.152</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>82</b>	<b>45</b>	-	<b>(82)</b>	<b>45</b>	<b>(37)</b>	-	<b>45</b>	<b>82</b>
Servidões	82	45	-	(82)	45	(37)	-	45	82
<b>Subtotal</b>	<b>82</b>	<b>45</b>	-	<b>(82)</b>	<b>45</b>	<b>(37)</b>	-	<b>45</b>	<b>82</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>3.281</b>	<b>209</b>	-	-	<b>3.490</b>	<b>209</b>	<b>(62)</b>	<b>3.428</b>	<b>3.234</b>

## Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017			2016
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Transmissão		<b>296.047</b>	<b>(44.151)</b>	<b>251.896</b>	<b>218.780</b>
Custo Histórico	2,75%	296.047	(44.151)	251.896	218.780
Administração		<b>485</b>	<b>(292)</b>	<b>193</b>	<b>242</b>
Custo Histórico	10,10%	485	(292)	193	242
		<b>296.532</b>	<b>(44.443)</b>	<b>252.089</b>	<b>219.022</b>
<b>Em Curso</b>					
Transmissão		313	-	<b>313</b>	29.257
Administração		64	-	<b>64</b>	177
		<b>377</b>	-	<b>377</b>	<b>29.434</b>
		<b>296.909</b>	<b>(44.443)</b>	<b>252.466</b>	<b>248.456</b>

5.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Máquinas e Equipamentos	4.401	-	<b>4.401</b>
A Ratear	-	7.795	<b>7.795</b>
<b>Total das Adições</b>	<b>4.401</b>	<b>7.795</b>	<b>12.196</b>

## **Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

<b>Transmissão</b>	<b>Taxas anuais de depreciação (%)</b>
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 6. Empréstimos e Financiamentos

#### 6.1. Abertura do Endividamento

Em 31 de dezembro de 2017:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
																	2019	2020	2021	2022	2023	2023+	Total
2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	757	12.516	109.784	123.057												12.517	12.517	12.517	12.517	12.517	47.199	109.784
2.1	BANCO DO BRASIL-FCO	537	6.154	62.564	69.255	Sim	fev-11	Recebíveis	Não há	10,00%	02/01/18	Mensal	02/01/18	01/02/29	Mensal	SAC	6.154	6.154	6.154	6.154	6.154	31.793	62.563
2.2	BNDES	220	6.362	47.220	53.802	Sim	mai-12	Recebíveis	TJLP	3,60%	15/01/18	Mensal	15/01/18	15/05/26	Mensal	SAC	6.363	6.363	6.363	6.363	6.363	15.406	47.221
8	Total por Dívida	757	12.516	109.784	123.057												12.517	12.517	12.517	12.517	12.517	47.199	109.784
8.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	757	12.516	109.784	123.057												12.517	12.517	12.517	12.517	12.517	47.199	109.784

**Banco do Brasil – FCO:** Empréstimo captado junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 80.000. Este empréstimo possui bônus de adimplência de 15%, desde que as prestações da dívida sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento.

**BNDES:** A Companhia captou junto ao BNDES o montante R\$ 87.300. Tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 023/2009. Este contrato possui cláusulas restritivas relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA que devem ser calculados anualmente, os quais a Administração da Companhia mantém o acompanhamento. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida. Em 31 de dezembro de 2017 os índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2016:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
																	2017	2018	2019	2020	2021	2021+	Total
2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	830	12.449	121.727	135.006												12.449	12.449	12.449	12.449	12.449	59.482	121.727
2.1	BANCO DO BRASIL-FCO	587	6.154	68.718	75.459	Sim	fev-11	Recebíveis	Não há	10,00%	02/01/17	Mensal	02/01/17	31/01/29	Mensal	SAC	6.346	6.346	6.346	6.346	6.346	37.947	69.677
2.2	BNDES	243	6.295	53.009	59.547	Sim	mai-12	Recebíveis	TJLP	3,60%	15/01/17	Mensal	15/01/17	15/05/26	Mensal	SAC	6.103	6.103	6.103	6.103	6.103	21.535	52.050
8	Total por Dívida	830	12.449	121.727	135.006												12.449	12.449	12.449	12.449	12.449	59.482	121.727
8.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	830	12.449	121.727	135.006												12.449	12.449	12.449	12.449	12.449	59.482	121.727

## Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 6.2. Abertura dos Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2017:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Saldo Total
<b>9</b>	<b>Ativos Financeiros</b>	<b>14.288</b>	<b>14.288</b>
9.1	<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	<b>14.288</b>	<b>14.288</b>
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	6.831	6.831
9.1.5	Banco do Brasil - BNDES - O&M	4.207	4.207
9.1.6	Banco do Brasil - FCO	3.250	3.250

O Saldo Final de Caixa – conta 111, se refere a certificados de depósitos bancários que foram remunerados, em média, a 93,00% do CDI em 31 de dezembro de 2017, comparado a 94,95% do CDI em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui garantias constituídas no montante de R\$ 7.457 (R\$ 8.319 em 31 de dezembro de 2016), conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES e do Banco do Brasil - FCO. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e foram remuneradas em média a 96,00% do CDI em 31 de dezembro de 2017 e 99,00% em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Saldo Total
<b>9</b>	<b>Ativos Financeiros</b>	<b>16.542</b>	<b>16.542</b>
9.1	<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	<b>16.542</b>	<b>16.542</b>
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	8.223	8.223
9.1.5	Banco do Brasil - BNDES - O&M	4.667	4.667
9.1.6	Banco do Brasil - FCO	3.652	3.652

### 6.3. Composição do Endividamento e Dívida Líquida

LIN	RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
11	<b>(+) Dívida Bruta</b>	<b>757</b>	<b>12.516</b>	<b>109.784</b>	<b>123.057</b>	<b>135.006</b>
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	757	12.516	109.784	123.057	135.006
12	<b>(-) Ativos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>(14.288)</b>	<b>-</b>	<b>(14.288)</b>	<b>(16.542)</b>
12.1	Alta Liquidez	-	(6.831)	-	(6.831)	(8.223)
12.2	Demais Aplicações Financeiras	-	(7.457)	-	(7.457)	(8.319)
13	<b>(+) Dívida Líquida I</b>	<b>757</b>	<b>(1.772)</b>	<b>109.784</b>	<b>108.769</b>	<b>118.464</b>
14	<b>(+/-) Derivativos / Fair Value</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
15	<b>(+) Dívida Líquida II</b>	<b>757</b>	<b>(1.772)</b>	<b>109.784</b>	<b>108.769</b>	<b>118.464</b>

## Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 7. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possui respectivamente o saldo de R\$ 428 e R\$ 10.309 em fornecedores. Do saldo em 31 de dezembro de 2016, R\$ 10.175 refere-se a saldo em aberto de fornecedores de obra.

### 8. Partes Relacionadas

#### 8.1. Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a remuneração da alta administração foi de R\$ 862 e R\$ 494, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

#### 8.2. Dividendos

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios distribuídos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 a 2017, totalizando R\$ 36.529.

### 9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>210</b>	<b>210</b>
Pagamentos	(210)	(210)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui um processo tributário proposto pelo Município de Jauru, visando a exigência de créditos tributários de ISS. Com base na opinião dos assessores jurídicos esse processo está classificado como possível de perda, com valor em risco aproximado de R\$ 1.217. A Companhia possui também um processo trabalhista e outro cível no montante de R\$ 142 e R\$ 130, respectivamente, ambos classificados como possível de perda.

### 10. Patrimônio Líquido

#### 10.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 109.194 composto por 109.793.590 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito da Companhia foi de R\$ 97.794 composta por 97.793.590 ações ordinárias.

Acionistas	31/12/2017		31/12/2016	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
Alupar Investimentos S/A	50.505.051	46,00	44.985.051	46,00
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte	53.798.859	49,00	47.918.859	49,00
Mavi Engenharia e Construções Ltda.	5.489.680	5,00	4.889.680	5,00
	<u>109.793.590</u>	<u>100,00</u>	<u>97.793.590</u>	<u>100,00</u>

## Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 10.2. Reservas de lucros

#### Reservas de lucros

Reserva legal	7.969	6.367
Reserva especial para incentivos fiscais	10.330	(5.377)
Outras	(12.637)	10.457
	<u>5.662</u>	<u>11.447</u>

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivo fiscal: A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na Região Norte do Brasil, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projeto de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o Decreto nº 4.212/2002.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

Diante do exposto, a Companhia formalizou e obteve junto à SUDAM o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais de acordo com o Laudo Constitutivo nº 118/2015, em 75% até 31/12/2024. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia destinou para a reserva de incentivo fiscal o montante de R\$ 4.953.

Outras: Refere-se ao montante do lucro não distribuído.

### 11. Receita Operacional Bruta

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>	<b>53.740</b>	<b>44.478</b>
<b>Total</b>	<b>53.740</b>	<b>44.478</b>



## Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 12. Pessoal e Administradores

<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Pessoal</b>	<b>3.948</b>	<b>3.823</b>
Remuneração	2.276	2.185
Encargos	786	781
Previdência privada	16	4
Assistência médica e odontológica	269	248
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	386	364
Outros	215	241
<b>Administradores</b>	<b>873</b>	<b>495</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	573	367
Benefícios dos administradores	300	128
<b>Total</b>	<b>4.821</b>	<b>4.318</b>

### 13. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	20.738	14.107
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	7.051	4.796
Efeitos fiscais sobre:		
Incentivos fiscais - SUDAM	(4.952)	(2.678)
Outros	(321)	168
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>1.778</b>	<b>2.286</b>
Taxa efetiva	8,57%	16,20%

### 14. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

### 15. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada

## **Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

## Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2017			31/12/2016		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>						
<b><u>Ativo Circulante</u></b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.831	-	6.831	8.223	-	8.223
Títulos e valores mobiliários	7.457	-	7.457	8.319	-	8.319
Concessionárias e Permissionárias	5.550	(5.550)	-	4.890	-	4.890
Contas a Receber Ativo Financeiro	-	61.196	61.196	-	43.786	43.786
Tributos Compensáveis	1.319	-	1.319	742	-	742
Estoques	2.225	-	2.225	2.218	-	2.218
Adiantamento a fornecedores	877	-	877	732	-	732
Outros Ativos Circulantes	482	-	482	466	-	466
<b><u>Ativo Não Circulante</u></b>						
Concessionárias e Permissionárias	427	(427)	-	440	(440)	-
Contas a Receber Ativo Financeiro	-	336.881	336.881	-	322.114	322.114
Imobilizado	252.466	(252.424)	42	248.456	(248.266)	190
Intangível	3.428	(3.428)	-	3.234	(3.234)	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>281.062</b>	<b>136.248</b>	<b>417.310</b>	<b>277.720</b>	<b>113.960</b>	<b>391.680</b>

**Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2017			31/12/2016		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivo</b>						
<b><u>Passivo Circulante</u></b>						
Fornecedores	428	-	428	10.309	-	10.309
Empréstimos, Financiamentos	13.273	-	13.273	13.279	-	13.279
Obrigações Sociais e Trabalhistas	605	-	605	466	-	466
Tributos e contribuições sociais a recolher	1.532	11	1.543	1.463	11	1.474
Provisão para Litígios	-	-	-	210	-	210
Dividendos Declarados	36.529	-	36.529	15.784	-	15.784
Passivos Financeiros Setoriais	1.877	-	1.877	1.353	-	1.353
Outros Passivos Circulantes	1.704	-	1.704	3.486	(3.001)	485
<b><u>Passivo Não Circulante</u></b>						
Empréstimos, Financiamentos	109.784	-	109.784	121.727	-	121.727
Tributos Diferidos	-	36.829	36.829	-	30.614	30.614
Outros Passivos Não Circulantes	474	-	474	402	-	402
<b>Total do Passivo</b>	<b>166.206</b>	<b>36.840</b>	<b>203.046</b>	<b>168.479</b>	<b>27.624</b>	<b>196.103</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>						
Capital Social	109.194	-	109.194	97.794	-	97.794
Lucros Acumulados	5.662	99.408	105.070	11.447	86.336	97.783
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>114.856</b>	<b>99.408</b>	<b>214.264</b>	<b>109.241</b>	<b>86.336</b>	<b>195.577</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>281.062</b>	<b>136.248</b>	<b>417.310</b>	<b>277.720</b>	<b>113.960</b>	<b>391.680</b>

# Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2017			31/12/2016		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Operações em Continuidade</b>						
<b>Receita / Ingresso</b>						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	53.740	23.639	77.379	44.478	36.680	81.158
<b>Tributos</b>						
PIS	(844)	-	(844)	(747)	-	(747)
Cofins	(3.886)	-	(3.886)	(3.442)	-	(3.442)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(188)	-	(188)	(155)	-	(155)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.401)	-	(1.401)	(1.156)	-	(1.156)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(186)	-	(186)	(155)	-	(155)
Ministério de Minas e Energia - MME	(94)	-	(94)	(78)	-	(78)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(216)	-	(216)	(178)	-	(178)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>	<b>46.925</b>	<b>23.639</b>	<b>70.564</b>	<b>38.567</b>	<b>36.680</b>	<b>75.247</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>						
Pessoal e Administradores	(4.821)	-	(4.821)	(4.318)	-	(4.318)
Material	(287)	-	(287)	(244)	-	(244)
Serviços de Terceiros	(1.231)	-	(1.231)	(1.248)	-	(1.248)
Arrendamento e Aluguéis	(360)	-	(360)	(288)	-	(288)
Doações, contribuições e subvenções	(39)	-	(39)	(119)	-	(119)
Seguros	(173)	-	(173)	(175)	-	(175)
Provisões	(38)	-	(38)	(12)	-	(12)
Tributos	(239)	-	(239)	(32)	-	(32)
Depreciação	(8.184)	8.184	-	(7.278)	7.278	-
Amortização	(2)	2	-	(12)	12	-
Outras Despesas Operacionais	(8)	-	(8)	(18)	-	(18)
Custo de construção	-	(12.538)	(12.538)	-	(25.881)	(25.881)
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>31.543</b>	<b>19.287</b>	<b>50.830</b>	<b>24.823</b>	<b>18.089</b>	<b>42.912</b>
<b>Resultado Financeiro</b>						
Despesas Financeiras	(12.429)	-	(12.429)	(13.481)	-	(13.481)
Receitas Financeiras	1.624	-	1.624	2.765	-	2.765
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>20.738</b>	<b>19.287</b>	<b>40.025</b>	<b>14.107</b>	<b>18.089</b>	<b>32.196</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(1.778)	(6.215)	(7.993)	(2.286)	(4.864)	(7.150)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	18.960	13.072	32.032	11.821	(11.821)	-
<b>Operações Descontinuadas</b>						
Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício	18.960	13.072	32.032	11.821	13.225	25.046
Resultante de Operações Descontinuadas						
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>						
Atribuível Aos:						
Acionistas Controladores	18.960	13.072	32.032	11.821	(11.821)	25.046
<b>Lucro Por Ação</b>						
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,183812		0,327546	0,120877		0,256110
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,183812		0,327546	0,120877		0,256110
<b>Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade</b>						
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,183812		0,327546	0,120877		0,256110
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,183812		0,327546	0,120877		0,256110

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

## 15.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

## Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

15.1.1. No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:

15.1.1.1. **Receita de implantação de infraestrutura:** A Companhia abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

15.1.1.2. **Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

15.1.1.3. **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

### 15.1.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

## 15.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	214.264	195.577
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(136.248)	(113.960)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	36.840	27.624
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<b>114.856</b>	<b>109.241</b>

## Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 15.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	32.032	25.046
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(19.287)	(18.089)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	6.215	4.864
Lucro líquido regulatório	<u>18.960</u>	<u>11.821</u>

### 16. Instrumentos financeiros

#### Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

#### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, concessionárias e permissionárias e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas, sendo as mesmas classificadas por meio de resultado.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar), são classificadas como empréstimos e recebíveis e divulgadas pelo valor justo conforme abaixo:

- (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.
- (ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

#### Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

## **Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

- **Nível II**- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III**- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia classificou como nível I os saldos de equivalentes de caixa e como Nível II as concessionárias e permissionárias, os títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras vinculadas ao CDI, que estão em equivalentes de caixa.

### **Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

#### **Risco de crédito**

- a. Concessionárias e permissionárias  
A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 794 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que à Companhia as contas a receber são garantidas pelo ONS.

#### **Risco de liquidez**

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

#### **Operações com instrumentos financeiros derivativos**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos

#### **Risco de taxas de juros**

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do CDI e TJPL.

#### **Risco de preço**

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.



## **Transmissora Matogrossense de Energia S.A.**

CNPJ: 10.994.254/0001-26

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **Risco operacional**

#### **Risco de interrupção do serviço**

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

#### **Risco técnico**

A infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

#### **17. Benefícios a empregados**

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vale refeição. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui quaisquer passivo atuarial decorrente dos benefícios oferecidos aos seus empregados.